

# WAPIXANA: UMA COMUNIDADE E UMA LÍNGUA

*Wapixana: a community and a language*

Marilda Vinhote Bentes<sup>1</sup>

**Resumo:** O Brasil é um país cujas duas línguas oficiais são o português e a LIBRAS. Ocorre que dados de pesquisas registram mais de duzentas e cinquenta línguas indígenas (IBGE, 2010) conhecidas como línguas de minorias; o Wapixana é uma delas. Este artigo objetiva ventilar informações sobre o Wapixana, no sentido de apresentar dados sobre essa língua, tanto em âmbito geral quanto no sentido de trazer à luz o que se tem estudado sobre o tema. Apresentam-se, ademais, informações para se traçar um breve panorama sobre as medidas educacionais que promovem políticas de ensino e aprendizagem das línguas indígenas no estado de Roraima. O método utilizado para esta pesquisa é a revisão bibliográfica. Espera-se, com as discussões arroladas, contribuir para a investigação dessa língua, que carece de trabalhos científicos. Quer-se nesse ato divulgar tanto a existência do Wapixana quanto trazer à pauta especificidades da cultura da comunidade homônima.

**Palavras-chave:** Wapixana. Língua. Interculturalidade.

**Abstract:** Portuguese and LIBRAS are both Brazil's official language. It comes to pass that official data record most than two hundred and fifty indigenous languages (IBGE, 2010), known as minorities' languages, and Wapixana is one of those. This paper aims to ventilate some information about Wapixana, in the sense of presenting information about this language, both in general and in the sense of bringing to light what has been studied on the subject. Moreover, some information is presented to stablish a panorama over the educational measures concerning the promotion of the politics of teaching and learning indigenous languages on the state of Roraima. The method used for this research is the bibliographic review. With the enrolled discussion it is expected to contribute to the investigation of this language, which lacks scientific work. It's intended on this act to both spread the existence of Wapishana and bring up contours of the culture of the homonymous community.

**Keywords:** Wapishana. Language. Interculturality.

## Introdução

Roraima possui um contexto populacional indígena acentuado. No que diz respeito às línguas faladas nesse estado, o Museu do Índio<sup>2</sup> indica oito: Wapixana, Macuxi, Taurepang, Wai-Wai, Iekuana, Yanomani, Ingarikó e Sapará. Porém, há poucos trabalhos acerca das línguas indígenas desse estado, incluindo aí a língua Wapixana. Os estudos existentes restringem-se, basicamente, ao aspecto gramatical e ao léxico. No âmbito da educação, especificamente, essa lacuna é ainda maior. Escreve-se, pois, este artigo no intuito de promover essa língua, especialmente no que diz respeito aos

---

<sup>1</sup> Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil. Mestra em Letras pela Universidade Federal de Roraima. E-mail: marilda.bentes@ifrr.edu.br.

<sup>2</sup> Disponível em <<http://www.museudoindio.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2018.

aspectos gerais: seus contornos e especificidades, trazendo à tona um recorrido dos estudos que os focalizam.

O Wapixana é falado em diferentes regiões indígenas. Optou-se por discorrer mais especificamente sobre a Comunidade Serra do Truaru – região Murupu – porque os estudos que tratam do Wapixana se concentram nas regiões Serra da Lua e Surumu (MELO; RODRIGUES, 2014). A Serra do Truaru trata-se de uma comunidade Wapixana que tem como língua predominante, atualmente, a língua portuguesa.

Tendo em vista essas considerações, o presente artigo objetiva ventilar informações que façam conhecer o Wapixana, seus contornos e especificidades, deixando ver que seus processos linguageiros variaram do monolinguismo Wapixana para o bilinguismo Wapixana/português e depois para o monolinguismo atual com o português. As informações aqui contidas formam um panorama, portanto é uma perspectiva horizontal que visa a disponibilizar informações gerais sobre essa língua.

No que tange aos procedimentos metodológicos, a abordagem é teórica, de revisão bibliográfica, uma vez que se recorre à literatura para averiguar o que se tem pesquisado sobre o Wapixana. Esta explanação é, ainda, um recorte, ampliado e atualizado, da dissertação de mestrado, intitulada “Subjetividade e docência Wapixana”, defendida em 2016, na Universidade Federal de Roraima.

## **1. Wapixana: localização e população**

No que diz respeito ao nome Wapixana, até os anos 40 do século XX, distinguiam-se os seguintes grupos: Vapidiana-Verdadeiro, Karapivi, Paravilhana, Tipikeari, Atoradi (também grafado Aturaiú ou Atorai), Amariba, Mapidian (Mapidiana, Maopityan) e Taruma. Cirino (2009) confirma a existência de apenas dois grandes grupos dialetais: os *Vapidiana-Verdadeiro* e os *Atoradi* (Aturaiú ou Atorai), supondo que, à medida que os subgrupos dialetais caíam em desuso ou iniciavam o processo de extinção, o Wapixana se fortalecia, abrangendo todos os outros grupos.

Para Migliazza (1980), há dois dialetos mutuamente inteligíveis: Wapishana e Atorai. O termo “Wapishana” é utilizado para se referir ao falante de ambos os dialetos. Porém, segundo o autor, há na literatura outras designações que fazem referência ao termo: Wapityan, Wapitschana, Matisana, Uapixana, Vapidiana, Attaraye, Dauri, Atorayu. Dito isso, é oportuno esclarecer que, neste trabalho, utiliza-se o termo em

português, por isso Wapixana, escrito com x, conforme registrado por Rodrigues (2002). Cabe informar também que, por *Wapixana* fazer referência a um nome que representa uma comunidade e uma língua, todas as vezes que, neste trabalho, o termo *Wapixana* for utilizado, será com inicial maiúscula, mesmo quando for usado como adjetivo.

Os Wapixana habitam politicamente regiões brasileiras e da República Cooperativista da Guiana, com uma população de aproximadamente 13 mil pessoas. Dessas em torno de 9.441 vivem no território brasileiro, formando o segundo maior grupo indígena do estado de Roraima (ISA, 2014). A maioria dessa população convive em comunidades mistas com outras etnias, com as quais mantém relações interétnicas, conforme observado no quadro 1:

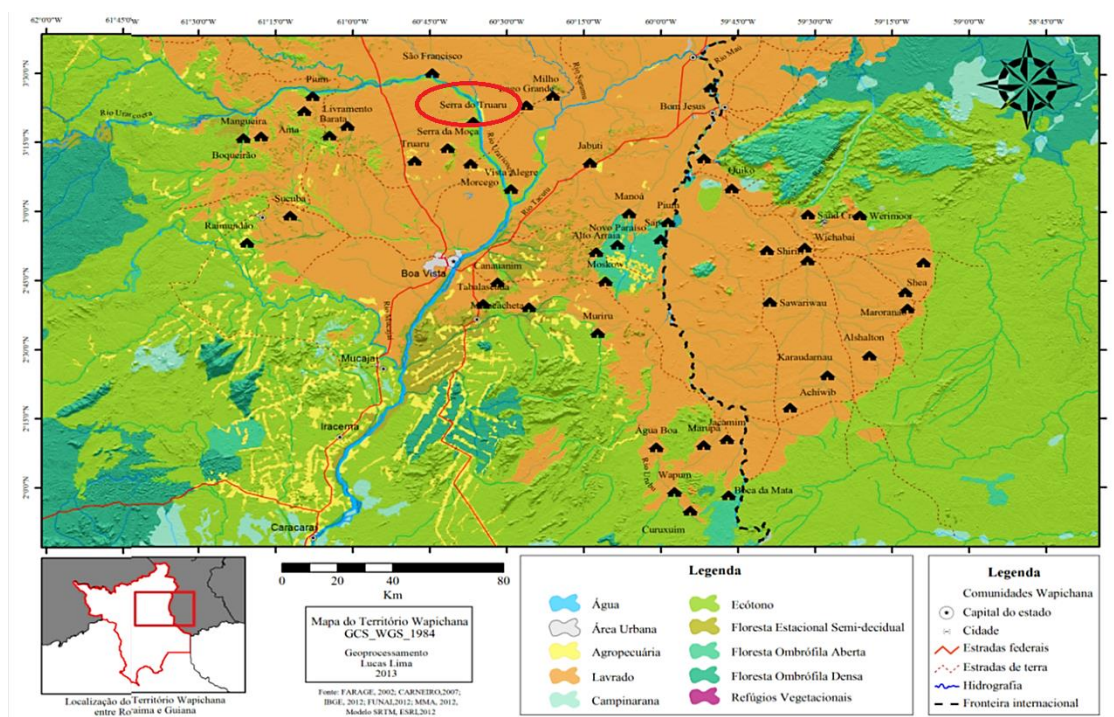
Quadro 1 – Distribuição dos Grupos Indígenas Wapixana por Terras Indígenas e Municípios

<b>GRUPO INDÍGENA</b>	<b>TERRA INDÍGENA</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
Wapixana	Anaro	Amajari
Macuxi/Wapixana	Araça	Amajari
Macuxi/Wapixana	Anta	Alto Alegre
Macuxi/Wapixana	Barata/Livramento	Alto Alegre
Macuxi/Wapixana	Boqueirão	Alto Alegre
Macuxi/Wapixana	Raimundão	Alto Alegre
Macuxi/Wapixana	Truaru	Alto Alegre
Macuxi/Wapixana	Serra da Moça	Boa Vista
Wapixana	Bom Jesus	Bonfim
Macuxi/Wapixana	Canuanim	Bonfim
Macuxi/Wapixana	Jabuti	Bonfim
Wapixana	Jacamim	Bonfim
Wapixana	Malacacheta	Bonfim
Macuxi/Wapixana	Manoá/Pium	Bonfim
Macuxi/Wapixana	Moskow	Bonfim
Wapixana	Muriru	Bonfim/Cantá
Wapixana	Tabalascada	Cantá
Mac./Wap./Ingaricó	Raposa/Serra do Sol	Normandia/Uiramutã/Pacaraima
Mac./Wap./Taurepang	São Marcos	Pacaraima/Boa Vista

Fonte: <http://roraimadefato.com><sup>3</sup>.

Conforme é possível observar, há dezenove Terras Indígenas ocupadas por Wapixanas. Dessas, treze dividem espaço com outra(s) etnia(s). O mapa a seguir enfoca a disposição dessas terras, por meio da localização das comunidades Wapixana, situando, com uma marcação de círculo vermelho, a Comunidade Serra do Truaru.

Mapa 1: Localização das Comunidades Wapixana em Roraima



Fonte: Dissertação de LIMA (2013, p. 60). "ILHADOS": Estratégias e feições territoriais Wapixana na Terra Indígena Manoá-Pium.

Como é possível observar no Mapa 1, a população Wapixana localiza-se tanto no território brasileiro quanto na República Cooperativa da Guiana. Sua extensão territorial está entre as latitudes 1° e 4° Norte e longitudes 59° e 62° Oeste e vai desde o vale do rio Rupununi ao vale do rio Uraricoera. No Brasil, há trinta e quatro comunidades Wapixanas e todas se situam na região nordeste, no vasto território do lavrado roraimense, obtendo maior concentração na região conhecida como Serra da

<sup>3</sup> Disponível em <<http://roraimadefato.com/main/2015/08/16/roraima-das-32-terras-indigenas/>>. Acesso em: dez. de 2017.

Lua, entre o rio Branco e o rio Tacutu. Outras aldeias estão dispersas mais ao norte, no baixo Uraricoera e no baixo rio Amajari e Surumu.

Dentre as terras indígenas, cabe ressaltar a Serra da Moça, que foi desmembrada da Região do Taiano, desde 2008, passando a fazer parte da Região do Murupu. A partir desse processo, sua população se distribuiu por cerca de três comunidades localizadas na zona rural de Boa Vista-RR: Serra da Moça, Morcego e, particularmente, a Comunidade Serra do Truaru, contexto de investigação desta pesquisa. Essa Comunidade, conforme o referido mapa, localiza-se no norte do estado de Roraima, seu acesso se faz pela BR 174, sentido Boa Vista/Pacaraima, divisa com a Venezuela, e pela RR 319 em direção à Vila do Passarão.

Optou-se pela Comunidade Serra do Truaru porque os estudos que tratam dos Wapixana se concentram nas regiões Serra da Lua e Surumu, de forma que a comunidade em foco, pertencente à região Murupu, é uma comunidade carente de pesquisas, principalmente na área de ensino (MELO; RODRIGUES, 2014). Além disso, essa comunidade tem a particularidade de ter passado pelo processo de câmbio linguístico, que resultou na predominância da língua portuguesa. A relevância deste estudo está no trazer à luz características dessa língua, bem como por promover que se pense sobre ela no cenário das línguas indígenas brasileiras, sobretudo quando se abordam políticas públicas de afirmação das chamadas línguas de minorias (cf. ALTENHOFEN, 2013).

No que diz respeito à população Wapixana, de acordo com um levantamento realizado pelos agentes de saúde que atuam na comunidade da Serra do Truaru (informação verbal<sup>4</sup>), atualmente nessa localidade vivem cinquenta famílias, sendo composta essa totalidade por 90% de pessoas da etnia Wapixana e os 10% restantes estão divididos entre Macuxi e não indígenas. A maioria da população tem entre 1 e 6 anos de idade. Esse levantamento, feito em 2017, demonstra que houve uma redução populacional de Wapixanas na Comunidade em questão, considerando o ano de 2015, quando dados dos agentes comunitários indicavam que a população Wapixana constituía-se de cinquenta e cinco famílias, com um total de duzentas e cinquenta e quatro pessoas, das quais, 97% eram Wapixana.

---

<sup>4</sup> Discurso dos agentes de saúde em Reunião Geral da Comunidade Serra do Truaru, no dia 06 de dez. de 2015, das 8:00h às 12:00h.

Sobre a constituição de línguas indígenas, é importante compreender o termo Aruák (ou Arawák), utilizado para designar uma família de línguas encontradas no interior do Continente Sul-Americano. Essa família também recebeu o nome de Maipure (ou Maipuran), termo empregado primeiramente por Filippo Salvatore Gilij, em 1782, reconhecendo o parentesco genético existente entre a língua Maipure, do vale do Orinoco, e a língua Mojo, falada na Bolívia. Os pesquisadores Von den Steinen (1886) e Brinton (1891), segundo Aikhenvald (1999), a renomearam de Arawák.

Dito isso, quanto à classificação, existem algumas divergências entre autores, como Payne (1991) e Aikhenvald (1999), em que o primeiro autor, por meio do método comparativo das línguas, aponta que a língua Wapixana está inserida no grupo Northern da família Maipuran, enquanto Aikhenvald, usando o princípio areal-geográfico, situa a língua Wapixana no subgrupo Rio Branco, que é filiado ao grupo North-Arawak (SANTOS, 2006). Rodrigues (2002), considerando o critério genético, afirma que a língua Wapixana pertence à família linguística Aruák.

## **2 Situação sociolinguística entre os Wapixana**

Independentemente dos critérios classificatórios, sabe-se que a língua Wapixana falada atualmente é resultante de uma filiação abrangente, formada a partir de distintos dialetos que se enfraqueceram e foram extintos – predominando a língua Wapixana antiga. Santos (2006) sugere que a vertente atual do Wapixana sofreu influências ao longo do contato com o Português e o Macuxi, porém limitou-se a alguns empréstimos lexicais e fonológicos, havendo alguns casos isolados de empréstimos de preposições. Como exemplos da pouca influência, o autor cita que palavras como *paapai* e *maamai*, usadas pelos Wapixana para designar ‘irmão do pai’ e ‘irmã da mãe’, respectivamente, sejam empréstimos do português. Também a palavra *kamich* ‘camisa; roupa’, usada pelos Wapixana, deve ser um empréstimo da palavra do português *camisa*.

O contato com outros povos e com outros idiomas, tanto em aspectos linguísticos quanto culturais, provocou – além dessas influências lexicais – o bilinguismo, uma vez que, de acordo com Migliazza (1980), mais de 80% dos falantes da língua Wapixana podem falar também a língua da sociedade envolvente, nesse

caso, o português do Brasil ou o inglês da Guiana, e 30% deles podem também falar Macuxi ou Taurepang.

Dos 9.441 indígenas Wapixana que vivem no território brasileiro, dentre os que habitam nos locais mais próximos dos centros urbanos, principalmente entre os mais jovens, predomina o monolinguismo em português, como é o caso visualizado na Comunidade Serra do Truaru, que predominantemente usa a língua portuguesa. Entretanto, há ainda alguns idosos que habitam lugares distantes, sem muito contato com outro idioma e, por isso, falam apenas a língua de sua etnia (MIGLIAZZA, 1980). No que diz respeito aos Wapixana que vivem na Comunidade Serra do Truaru, de acordo com Maia (2001), a maioria da população adulta da Terra Indígena Serra da Moça (local em que se localiza a Comunidade Serra do Truaru), por volta de 1950, era falante da língua indígena, mas esse fato constituía um obstáculo para eles se relacionarem com as vizinhanças que estavam se fixando na região – os não indígenas.

Com relação à aquisição do português, Maia (2001) apresenta o relato de um Wapixana que recorda o tempo em que tinha seus 10 anos de idade, dizendo que os primeiros contatos ocorreram com os padres e que ninguém entendia nada. Segundo ele, os padres usavam gírias. Outro morador da região frisa que todos tiveram de se envolver na aprendizagem da língua portuguesa, mesmo aqueles que não queriam, pois colonos e fazendeiros falantes do português se estabeleciam nas proximidades e muitos Wapixana (homens e mulheres) se deslocaram para realizar serviços para eles. Ressalta ainda que começaram a falar o português com a chegada do primeiro professor e também passaram a trabalhar nas fazendas, em contato permanente com os não indígenas, reforçando os motivos para falarem o português ao invés de sua língua.

Esse contexto de relação interétnica gerou novas opções, seja no uso da língua, seja na organização social, cultural e política, mas o fato é que, atualmente, com a criação da Região do Murupu, na área que fazia parte do Taiano, e com a homologação da Terra Indígena Serra da Moça – 1991 –, houve a divisão administrativa das Comunidades Serra da Moça, Morcego e Serra do Truaru. Como resultado dessa conjuntura de contínua mudança, há apenas seis falantes daquela língua, dentre eles, quatro são idosos da própria comunidade, e dois são professores

de língua indígena, oriundos da Comunidade do Pium – Região Serra da Lua. Assim, o português já é a língua empregada de modo corrente, e a população da comunidade é predominantemente monolíngue em português. Com poucos falantes do Wapixana, essa língua tende a sumir.

A proximidade com a sociedade envolvente falante de língua portuguesa é a principal causa de os Wapixana terem deixado sua língua para aderir ao português. Isso se justifica não somente pela facilidade em estabelecer relações com os não índios, mas também pelas mudanças de suas características culturais, pois:

É improvável que subsista hoje um só grupo inteiramente indene de influências da civilização, pois mesmo aqueles ainda não alcançados pela sociedade nacional já sofreram sua influência indireta, através de tribos desalojadas e lançadas sobre eles e de bacilos, vírus ou artefatos que, passando de tribo a tribo, alcançaram seus redutos. (RIBEIRO, 1996, p. 268).

Logo, em consequência do processo de influências, a comunidade em questão, segundo Maia (2001), não possui uma configuração política, social, econômica e linguística correspondente à cultura tradicional dos povos indígenas, o que se tem é uma mescla de padrões culturais, de costumes e de aspectos linguísticos, resultando, por exemplo, apesar do quantitativo dos Wapixana na comunidade, na predominância linguística do português, tendo por base cada região próxima. De acordo com Mello e Raso (2011), trata-se de um processo cognitivo que, quando acrescido de alterações socioculturais, tem, como consequência, efeitos sociolinguísticos porque a língua original daquela região tende a desaparecer.

Nesse caso, em particular, esse desaparecimento ou essa significativa diminuição se deu em razão de um esforço de adequação comunicativa, por conta de fatores como a proximidade com a sociedade envolvente, que gerou um grau elevado de urbanização da comunidade. Assim, a dinâmica do contato fez com que uma comunidade, antes monolíngue em língua indígena, se tornasse bilíngue (português/língua indígena) e depois voltasse a ser monolíngue. Porém, o traço monolíngue, dessa vez, era monolíngue em língua portuguesa (BRASIL, 1998).

Outros conhecimentos que também sinalizam o abandono da língua dos Wapixana são aqueles relacionados a práticas do cotidiano e aqueles pertencentes a



propriedades medicinais envolvendo plantas, já que nomes de plantas, juntamente com nomes de partes do corpo, bem como palavras que indicam parentesco, enquadram-se na classe de nomes inalienáveis, ou seja, próprios daquela cultura. Deixar de usar essa classe de bem cultural é algo que marca o abandono do Wapixana em prol do uso da língua portuguesa e com ela toda a sua visão de mundo. Esse argumento coloca em foco a urbanização pela qual passou essa comunidade, isto é, provavelmente foram incorporando itens lexicais, oriundos de uma realidade diversa da sua, até passarem à opção total de adesão dos termos das línguas em contato.

Alguns casos são, por exemplo, a palavra *dinu-j* (barba), cujo sufixo *-j*, de não possuído, marca quando não há possuidor explícito. Assim, a ausência desse sufixo marca quando há possuidor explícito, tal como em *ũdinu* (minha barba). Em português, tem-se nas construções de posse apenas o acréscimo de um pronome possessivo (**minha** barba), o que revela sua saliência cultural. Com mais falantes de português, a influência é maior para a aquisição dos processos linguísticos e de seus valores de uso nas interações.

Outro exemplo diz respeito à planta *cunani*, que tradicionalmente era empregada como isca, uma vez que os peixes, ao ingeri-la, iam para a superfície d'água, o que facilitava sua pesca. Hoje a pesca não é atividade corriqueira, então esse item lexical caiu em desuso. Em se tratando de conhecimentos medicinais, pode-se mencionar a planta *tipir* (ou *biribiri*), usada para controlar hemorragia (SANTILLI, 2002). Como hoje há remédios industrializados à disposição, esse item lexical deixou de ser empregado, sobretudo pelos jovens. Assim, tais conhecimentos, atualmente, não são usufruídos pela comunidade em questão, em razão de que culturalmente já não estão envolvidos com as práticas que originaram essas palavras em Wapixana.

Quanto ao grau de integração na sociedade nacional, segundo Ribeiro (1996), desde 1957, os Wapixana passaram do nível de contato permanente para a categoria dos integrados, ou seja, conseguiram sobreviver porque passaram a praticar os hábitos culturais daqueles que estavam ao seu redor, incorporando-os e integrando-se ao novo cenário. Compartilham a vida econômica, política, social e cultural de seus vizinhos geográficos. Muitos desses grupos perderam sua língua original e, aparentemente, a variedade étnica da língua não os distingue da população rural com a qual convivem (RIBEIRO, 1996).

Nesse caso, de acordo com o autor, o que os distingue da população neobrasileira recai no fato de que eles próprios se percebem como constituintes de um povo à parte e, ainda, são definidos, percebidos e até discriminados como “índios” pela sociedade envolvente. Isso significa dizer que, embora tenham quase perdido o vínculo cultural com suas origens, aos olhos da sociedade são vistos como índios – ligados, nessa situação, a toda série de preconceitos relacionados ao estereótipo social arraigado a esse “ser indígena”.

Mesmo que falem português ou inglês, mesmo que trabalhem em empregos urbanos ou rurais nos quais a maioria trabalha, mesmo que se vistam nos parâmetros contemporâneos, mesmo que tenham se urbanizado, são vistos como índios. Assim, o povo Wapixana enfrenta uma espécie de diáspora, consideram-se urbanos, iguais a toda gente porque dividem os mesmos hábitos; porém são vistos como não iguais pelo não índio. São entendidos como os que não pertencem àquele lugar, ainda que lá estejam. Muitas perguntas poderiam surgir dessa relação: é sua aparência? São seus traços étnicos característicos? É a história de seu povo? O que os faz serem percebidos como não partícipes da cultura na qual estão inseridos?

Para Ribeiro (1996, p. 133), os índios “[...] se tornam cada vez menos índios no plano cultural, acabando por ser quase idênticos aos brasileiros de sua região na língua que falam, nos modos de trabalhar, de divertir-se e até nas tradições que cultuam”. Porém, preservam a identificação étnica. Com isso, o autor (idem, 1995, p. 145) afirma que os índios sempre permanecerão “[...] ‘indígenas’ na qualidade de alternos dos ‘brasileiros’, porque se veem [...] como índios [...]”, “[...] sendo assim identificados pelos representantes da sociedade nacional com quem mantêm contato” (idem, 1995, p. 133).

Cirino (2009), em sua literatura acerca dos contornos da evangelização dos Wapixana, permeando tanto o lado brasileiro quanto o guianense, com intuito de evidenciar os aspectos históricos desse povo, mostrou algumas mudanças culturais devido à invasão da população não indígena em seus territórios, dentre as quais, a mudança em relação ao uso da língua, que foi gradualmente sendo substituída pelas línguas das sociedades envolvidas, especialmente nos centros urbanos. Em função disso, necessária se faz a produção de estudos sobre essa língua no estado de

Roraima, pois, apesar de possuir um contexto populacional indígena bem acentuado, carece de trabalhos acerca de suas línguas indígenas, incluindo o Wapixana.

A esse respeito, cabe citar Farabee (2009), cujo estudo sobre a cultura Wapixana inclui um apanhado amplo de informações sobre a língua, que vai desde os sons ao texto. Nesse contexto, é possível mencionar também dois artigos de Tracy (1972; 1974), que abordam, respectivamente, a fonologia e a morfologia verbal dessa língua.

Mais recentemente, Santos (2003; 2005; 2006) trabalhou, respectivamente, classificadores, posse nominal e uma gramática preliminar da língua, que envolve aspectos da fonologia, da morfologia e da sintaxe da língua Wapixana. Lanes (2014) também abordou a ordem das palavras nessa língua. Com relação ao léxico, um grupo de falantes do Wapixana, sob a assessoria de Franchetto, produziu um minidicionário (CADETE, 1990), que foi ampliado recentemente (SILVA; SILVA; OLIVEIRA, 2013). No âmbito da educação, especificamente, apenas um pequeno livro didático foi publicado por esse mesmo grupo (OLIVEIRA; SILVA; CAMILO, 2015). Almeida (2017) estudou o comportamento sintático e semântico das posposições na língua Wapixana. Investigou, sobre o prisma gerativo, questões de caso, regência e papel temático. Santos (2006) pesquisou aspectos da gramática Wapixana, no sentido de entender aspectos da fonologia, morfologia e sintaxe dessa língua.

No que diz respeito a gêneros discursivos, Farage (1997), em seus estudos etnológicos, reconhece na língua Wapixana três tipos de discursos não coloquiais que se opõem aos gêneros coloquiais pela cota de alma que têm, a saber: *marinaokanu*, relacionado aos cantos de um *xamã*; *pori*, que diz respeito às encantações; e *kotuanao dau'ao*, relacionados às narrativas do tempo passado. Como se vê, são discursos marcados fortemente pela cultura Wapixana. Mais recentemente, os estudos de Franchetto (2008) evidenciaram as diferenças entre os sistemas de escrita elaborados por evangélicos na Guiana, os elaborados por católicos no Brasil, e o sistema de escrita desejado pelos professores, revelando um dinamismo político voltado para os interesses em conversões religiosas, educação bilíngue e resgate linguístico.

Os estudos citados referem-se à área de Letras e centraram-se na Região Serra da Lua, local de maior concentração do povo Wapixana. Nota-se, nesses termos, que há necessidade de trabalhos que, como o que se propõe, tragam à luz os fenômenos

linguísticos de línguas de minoria, como é o caso do Wapixana existente na Serra de Truaru.

Segundo Altenhofen (2013, p. 94), línguas de minoria são aquelas que estão à margem, sendo, portanto, contrapondo do majoritário, do corrente. Imagem que origina uma separação entre o que é geral e comum do que é exceção ou existe ao lado. Em seu entender, língua minoritária é “a modalidade de línguas ou variedades usadas à margem ou ao lado de uma língua (majoritária) dominante”. Em seus estudos, um ponto importante é o fato de sublinhar que critérios políticos contam mais que fatores numéricos ou sociais relacionados aos falantes de dita língua.

Segundo sua perspectiva, “[...] uma política linguística voltada a essas línguas parte da pressuposição de que sua construção é necessariamente plural, porque plurais são as sociedades humanas e as situações de uso” (ALTENHOFEN, 2013, p. 96). Tendo em conta o natural fenômeno de pluralidade das línguas, abre-se uma via de respeito às diversidades, no sentido tanto de garantir voz às línguas minoritárias quanto considerar suas riquezas.

No que diz respeito a iniciativas específicas para a promoção de línguas de minoria, de acordo com Doebber e Grisa (2011), pode-se dizer que o sistema educacional como um todo e, em especial, a Universidade Federal de Roraima, tem contribuído no processo de ensino-aprendizagem de língua indígena, especialmente por meio do Instituto Insikiran de Formação Superior, instituição à qual esses autores se referem nos seguintes termos:

[...] um importante papel, não apenas por formar professores indígenas em nível superior e por dar apoio às atividades de educação promovidas pelas organizações e pelas escolas das comunidades, mas, sobretudo, por possibilitar a estada efetiva na universidade de uma população historicamente excluída. Acima de tudo, mais do que proporcionar o acesso de indígenas ao ensino superior, quase sempre pensado e projetado para as elites da população brasileira, as ações do Instituto têm o objetivo de tornar ostensiva a presença e a causa indígena no meio universitário e no cenário intelectual local e nacional. (DOEBBER; GRISA, 2011, p. 603)

O objetivo do Instituto vai ao encontro das exigências legais para uma educação bilíngue e intercultural, já que fomenta uma Licenciatura Intercultural, na qual se

evidencia que as sociedades indígenas possuem suas especificidades e que é de suma importância reconhecê-las para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem, sendo possível, com isso, considerar a dimensão cultural dos Wapixana, na qual sua singularidade é vista como princípio imprescindível para a continuidade desse grupo enquanto povo.

### **3 Educação: da necessidade de integração da cultura indígena**

Ao compreender que a questão cultural de um povo é fundamental para disseminar as informações de que o indivíduo necessita para ter uma participação ativa nos espaços de interação, seja com os indígenas seja com os não indígenas, as unidades de ensino de educação indígena buscam estabelecer uma educação diferenciada, gerenciando um calendário específico de acordo com a realidade; um currículo diferenciado com a inclusão de três disciplinas com foco na etnia da comunidade, inclusive uma específica para o ensino da língua, que é ministrada desde a educação infantil até o ensino médio. Cabe ressaltar que, para atuar na educação nessas comunidades, já houve concurso público, mas atualmente ocorrem apenas processos seletivos para ingresso no sistema, fato que gera contratação de professores que ainda não possuem nível superior na área de educação intercultural.

Salienta-se que em algumas comunidades, como a Serra do Truaru, os indígenas concebem a escola como único lugar de aprendizado da língua e essa aprendizagem, no que se trata da educação Básica Indígena em Roraima – Ensino Fundamental II e Médio –, está sob a responsabilidade legal do Governo Federal, mas, efetivamente nesse sentido a Divisão de Educação Indígena (DIEI) integrada à Secretaria Estadual de Educação e Desporto (SEED) é que assume o compromisso educacional para com a comunidade.

Assim, Messias (2005)<sup>5</sup> afirma que, desde 1991, as lideranças indígenas na DIEI, com uso de uma gestão participativa, coordenam administrativa e pedagogicamente as escolas indígenas com a viabilização de recursos, de ações – encontros pedagógicos, cursos, seminários e reuniões administrativas e pedagógicas – de contratação de

---

<sup>5</sup> Natalina da Silva Messias, professora Macuxi. Em 2005 era Coordenadora da Educação Escolar Indígena do Estado de Roraima, através do Núcleo de Educação Indígena – NEI/SECD/RR e acadêmica do Curso de Licenciatura Intercultural da UFRR e membro da Organização dos Professores Indígenas de Roraima-OPIR.

professores indígenas (em 2002, houve concurso público e, em 2003, seletivo, ambos diferenciados para professores indígenas), Licenciatura Intercultural para professores indígenas (desde 2003), gestão escolar indicada pela comunidade, valorização da cultura indígena e criação de espaços para discutir e avaliar o processo como um todo.

Essa relação articulada entre os indígenas e a SEED deve corresponder à demanda real de cada comunidade. Por isso, há que se considerar, nesse contexto, comunidades tais como a Serra do Truaru, que é constituída, basicamente, por não falantes da etnia correspondente e carece de uma política mais específica, como ocorre com as demais comunidades que sofreram mescla linguística, de forma que o papel de formador não seja apenas da escola, por meio de seus professores, mas também dos pais e da comunidade. Assim sendo, há necessidade de que sejam realizados meios pedagógicos de maneira coletiva para uma revitalização da língua naquele cenário. Uma opção seria promover iniciativas em que os idosos falantes tivessem o auxílio pedagógico de profissionais para compartilhar com a comunidade seus saberes culturais e linguísticos no que diz respeito ao Wapixana. Assim, ter-se-ia uma oportunidade de integrar aspectos de ensino desde atores sociais da própria comunidade, fazendo, nesse ato, aumentar o sentimento de pertencimento os saberes da língua de sua etnia.

Silva (2005)<sup>6</sup>, ao relatar sua experiência pedagógica na Região Serra da Lua, afirma que, mesmo com as dificuldades enfrentadas – pois as pessoas que trabalham nas escolas não falam mais a língua –, havia acompanhamento dos trabalhos dos professores nas salas de aula de língua materna. Na época (2005), dentre os 327 professores acompanhados, apenas 53 eram Wapixana. Apesar disso, frisou que eram realizados encontros para aperfeiçoamento de cada docente e eram eles mesmos que contribuía para o trabalho de docência. No que diz respeito às produções de materiais didáticos, ocorriam por comunidade, já que eram elaborados de acordo com sua realidade. A pesquisa de Silva (2005) citou ainda que havia livros e trabalhos dos alunos na língua de seu povo, mas por falta de recursos não os publicaram. Embora tenha ocorrido essa situação, o papel do ser docente indígena está se concretizando em um processo, que ela chamou de “conscientização”.

---

<sup>6</sup> Nilzimara de Souza Silva, em 2005, era professora Wapixana da Região Serra da Lua (RR).

Outro aspecto a se considerar no processo ensino-aprendizagem diferenciado para comunidades indígenas nesse cenário é a maneira como é efetivado esse ensino. Veiga e Ferreira (2005) trazem à tona a grande diferença entre o *ensinar a língua* e o *ensinar na língua*, pois para elas, o mais importante é *ensinar na língua*, já que nesse processo se *ensina a língua* e se possibilita ao indivíduo desenvolver as habilidades de leitura, escrita e oralidade. Para as autoras, nas comunidades a língua indígena deve ser utilizada como a língua de instrução, ou seja, como primeira língua (L1) e a língua portuguesa como segunda língua (L2), isso para todo o processo de ensino da escola. Assim, segundo elas, os discentes perceberão a importância de sua língua indígena, bem como sua função fora da escola, contribuindo na revitalização da língua de seu povo.

De acordo com Henriques *et al* (2007), a educação escolar indígena no Brasil passou e vem passando por inúmeras transformações. Entretanto, a condução, geralmente de modo assistemático, ainda faz parte da realidade, pois não se trabalha adequadamente com a extrema diversidade de grupos indígenas presentes no território brasileiro. Ainda, segundo esses autores, historicamente, a educação indígena se dava pela oralidade, comunicando e perpetuando a herança cultural de geração a geração, mas, atualmente, o processo de ensino ocorre de maneira sistematizada em ambiente escolar, utilizando não apenas a oralidade, mas também a leitura e a escrita.

No que corresponde ao currículo e à educação bilíngue e intercultural, em meio ao processo em que a cultura do alunado toma uma posição de protagonista na legalidade da área educacional, são distribuídos, em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998a) e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998b), que compõem um conjunto de Parâmetros, com o intuito de amenizar a distância entre a prática nas salas de aula e a teoria, isso para oferecer um ensino com respeito à diversidade, aos aspectos políticos e pedagógicos de uma dada cultura. Os referidos documentos fornecem referências para a prática pedagógica e subsídios para a construção de currículos das escolas bilíngues e interculturais.

Cunha, Bispo e Silva (2012) abordam em seus trabalhos a relação de tensão entre o bilinguismo característico na rotina de ensino-aprendizagem dos professores que ministram aulas em regiões de fronteira, como se dá no estado de Roraima. Em seus estudos consideraram que, no estado de Roraima, embora em sala de aula haja

alunos de diferentes etnias, Wapixana, Macuxi, africanos, os professores de língua portuguesa tendem a trabalhar com uma ideia de cultura monolíngue, ignorando as variedades culturais existentes em uma zona fronteira, como é o caso do estado de Roraima, que faz divisa com as Guianas. Especificamente, acreditam que, na cidade de Bonfim, o que se vê é uma educação direcionada ao monolingüismo. Vê-se, nesse sentido, a propagação de um ideal de hegemonia cultural e de um currículo monocultural, por conseguinte.

Em suas palavras, o ponto crítico é a relação de trabalho dos professores nessa região. Em entrevistas realizadas, puderam perceber que há “desencontro entre o que é ensinado e o que deveria ser ensinado”, pois não é levado em consideração no fazer docente o bilingüismo dos alunos (CUNHA, BISPO; SILVA, 2012, p. 102). Essa é justamente a tensão que existe no ambiente escolar: o aluno com seu bilingüismo característico e o quadro docente com seu ideal de monolingüismo.

Assim, cabe fazer o questionamento acerca do porquê da não consideração das línguas indígenas em um contexto de grande população indígena. Se existem documentos oficiais que orientam um fazer docente projetado para a contemplação da diversidade, o que falta para esse conhecimento ser refletido efetivamente em sala de aula? O Brasil possui duas línguas oficiais, a língua portuguesa e a língua brasileira de sinais. No entanto, dados oficiais do IBGE, censo de 2010<sup>7</sup> apontam que naquele ano existiam mais de duzentas e cinquenta línguas sendo faladas no país. Em outra perspectiva, linguistas como Rodrigues (2005), bem como Moore, Galucio e Gabas Jr. (2005), indicam, respectivamente, 181 e 150 línguas indígenas. Por que essa cultura não sobe à superfície da base escolar?

Muitos são os questionamentos que surgem quando se toma em conta os dados que apontam que 37,4% dos indígenas de 5 anos ou mais falam correntemente a língua de sua etnia. Esse número cresce para 57,3% quando se consideram os habitantes de comunidades localizadas em Terras Indígenas. Nessas circunstâncias, 28,8% não falam o português. (IBGE, 2010). Apesar dos dados, tem-se uma cultura de monolingüismo em relação à língua portuguesa.

Nesse âmbito, o que se pode colocar é a diferença existente entre muitas das comunidades indígenas terem aderido ao português para a comunicação corrente,

---

<sup>7</sup> Disponível em <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>. Acesso em dez. 2017.



devido tanto a razões de sobrevivência, de estereotipação, de integração ao entorno social; e o fato de que políticas públicas não estejam efetivamente sendo praticadas para motivar a conservação da língua de origem das comunidades indígenas. Não se trata de criar um cisma em que deve reinar o monolinguismo, mas se coloca em questão a necessidade de reconhecer o bilinguismo português-língua indígena e não deixar que o registro linguístico característico da comunidade se perca – e com ele toda a cultura que lhe é característica.

### **Considerações finais**

A investigação arrolada neste artigo versou sobre o Wapixana, suas especificidades e contornos. Falou-se de modo geral da homônima comunidade indígena, de sua língua e de questões que rondam a educação indígena. Alguns estudos foram cotejados, questionamentos surgiram e a certeza que fica é que é necessário promover o debate em torno da pouca abordagem da cultura indígena brasileira. Se existem, segundo dados do IBGE, censo de 2010, mais de 300 comunidades indígenas no país, e, como se viu, muitas línguas por elas faladas, por que não trazer à tona informações sobre a cultura desse povo?

Artigos como este podem não oferecer respostas às inquietações que dele próprio se projetam, mas contribui para trazer à baila informações para serem colocadas em diálogo com outros pesquisadores, bem como com produções futuras que versem sobre a mesma temática. As línguas indígenas são patrimônio brasileiro que merece a mesma atenção que outros fenômenos linguísticos pesquisados no país.

Importante veículo cultural, os aspectos linguísticos de um povo reverberam sua visão de mundo, suas concepções e entendimentos, daí a necessidade de trazer ao conhecimento informações sobre as línguas nacionais. Quanto mais se conhecer sobre as línguas indígenas brasileiras menos elas serão tratadas no senso comum como dialeto ou falar rudimentar. Quem sabe promovendo a discussão sobre as línguas e as comunidades indígenas também se estará contribuindo para a diminuição do preconceito que ronda essa parcela da sociedade.

### **REFERÊNCIAS**

- ALMEIDA, Maria Nayane Prado de. *Aspectos sintáticos das posposições em wapixana (Aruák)*. Disponível em: <[http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3Aalmeida-2017/Almeida\\_2017\\_Aspectos\\_sintaticos\\_posposicoes\\_Wapixana.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3Aalmeida-2017/Almeida_2017_Aspectos_sintaticos_posposicoes_Wapixana.pdf)>. Acesso em: fev. 2018.
- AIKHENVALD, A. Y. The Arawak language family. In: R. M. W. Dixon and A. Y. Aikhenald (orgs.) *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.
- ALTENHOFEN, Cléo, V. Bases para uma política linguística das línguas monoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da. *Política e políticas lingüísticas*. Campinas: Pontes, 2013.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa – Ensino Médio*. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília-DF: 1998a.
- \_\_\_\_\_. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI*. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília-DF: MEC, SEF, 1998b.
- CADETE, Casimiro M. 1990. *Dicionário Wapixana-português português-Wapixana*. São Paulo: Loyola: 1990.
- CIRINO, Carlos Alberto Matinho. *A “Boa Nova” na língua indígena*. Contornos da evangelização wapichana no século XX. Boa Vista: UFRR, 2009.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In.: CEZARIO, Maria Maura; CUNHA, Maria Angélica Furtado da (Orgs.) *Linguística funcional centrada no uso e ensino de português*. Gragoatá, Niterói: 2012.
- DOEBBER, Michele Barcelos; GRISA, Gregório Durlo. Ações afirmativas: o critério racial e a experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 92, n. 232, p. 599-615, set/dez. 2011.
- FARABEE, William Curtis. [1918]. *The Central Arawaks*. New York: University of Pennsylvania. 2009.
- FARAGE, Nadia. *As Flores da Fala: Práticas Retóricas entre os Wapishana*. Tese Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1997.
- FRANCHETTO, Bruna. A guerra dos alfabetos: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito. *Mana* [online] v.14, n.1, 2008.
- IBGE. *Censo demográfico 2010 - O Brasil indígena*. Resultados da Amostra. Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, 2010. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>>. Acesso em jan. 2018.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA (2014). Wapichana. Disponível em <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/wapichana>>. Acesso em: dez. 2017.
- LANES, Elder José. Ordem e desordem de constituintes em Wapichana (Aruaque). In.: CARVALHO, Fábio Almeida. *Estudos de linguagem e cultura regional* (Org). Boa Vista: UFRR, 2014.
- LIMA, Lucas Pereira das Neves Souza. *“ILHADOS”*: Estratégias e feições territoriais Wapichana na Terra Indígena Manoá-Pium. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais. Brasília – DF, 2013.
- MAIA, Delta Maria de Souza. *Os Wapixana da Serra da Moça: entre o uso e desuso das práticas cotidianas (1930/1990)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis. 2001.

- MELO, Eriki Aleixo de; RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Contato Cultural e deslocamento populacional e simbólico: Uma análise do processo de transformação nos costumes tradicionais e na cultura da Comunidade Indígena Serra do Truarú (Murupú – Boa Vista-RR)*. 2014. Simpósio do GT História das Religiões e Religiosidades – ANPUH/ Regional Sul, 4, Joinville, SC.
- MELLO, Heliana Ribeiro de; RASO, Tommaso. O contato intraindivíduo: Aquisição de L2 e erosão de L1 no Brasil. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (Org.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011, pp. 461-474.
- MESSIAS, Natalina da Silva. Avanços e impasses atuais da educação escolar indígena. In: VEIGA, Juracilda & FERREIRA, Maria Beatriz Rocha (orgs.). *Desafios atuais da educação escolar indígena*. Campinas, SP: ALB, Núcleo de Cultura e Educação Indígena: [Brasília]: Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, 2005, p. 41-92. (Anais do VI ELESÍ – Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas).
- MIGLIAZZA, Ernest. C. *Languages of the Orinoco-Amazon basin: current status*. Antropologica 53: 95-162. Caracas, Fundacion La Salle: 1980.
- MOORE, Denny; GALUCIO, Ana Vilacy; GABAS JR., Nilson. O desafio de documentar e preservar as línguas Amazônicas. *Scientific American (Brasil)*, n. 3. Set. 2008. Amazônia. p. 36-43. Disponível em: <[http://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/media%3Aset2008/moore\\_2008\\_desafio.pdf](http://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/media%3Aset2008/moore_2008_desafio.pdf)>. Acesso em: jun. 2018.
- OLIVEIRA, Kimi da Silva; SILVA, Maria Shirlene de Souza; CAMILO, Maurício (Orgs.). *Wapichan paradan idia'an aichapkary pabinak na'ik kadyzyi kid*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2015.
- PAYNE, David L. A classification of Maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions. In: D. C. Derbyshire & G. K. Pullum. *Handbook of Amazonian languages*. Berlin/New York. Mouton – De Gruyter, 1991, v. 3:355-499.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- \_\_\_\_\_. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e cultura*. v. 57, n. 2, p. 35-38. Disponível em: <[http://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/artigo%3Arodrigues-2005/rodrigues\\_2005.pdf](http://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/artigo%3Arodrigues-2005/rodrigues_2005.pdf)>. Acesso em: jun. 2018.
- RORAIMA DE FATO. *Distribuição dos grupos indígenas Wapixana por Terra Indígena em seus respectivos municípios roraimenses*. Disponível em: <<http://roraimadefato.com/main/2015/08/16/roraima-das-32-terras-indigenas/>>. Acesso em: 09 jun. 2016.
- RORAIMA. *Lei 041/2001*. Disponível em: <[www.mpc.rr.gov.br](http://www.mpc.rr.gov.br)>. Acesso em: 05 março 2016.
- SANTILLI, Juliana. A biodiversidade das comunidades tradicionais. In: BESUNSAN, N (Org.). *Seria melhor ladrilhar? Biodiversidade como, para que, por quê*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto Socioambiental, 2002.
- SANTOS, Manoel Gomes dos. Considerações sobre a Posse Nominal em Wapichana. *Estudos Linguísticos XXXIV*. Departamento de Língua Vernácula – UFRR. Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP: 2005.
- \_\_\_\_\_. Onde há fumaça há fogo: resquícios de classificadores em Wapixana. Os classificadores numeral, genitivo, de concordância e demonstrativo em Wapixana. *Estudos Linguísticos XXXII*, 2003.

- \_\_\_\_\_. *Uma Gramática do Wapixana (Aruák)*: aspectos da fonologia, da morfologia e da sintaxe. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas - SP: [s.n.], 2006.
- SILVA, Aracy Lopes da. Pequenos “xamãs”: crianças indígenas, corporalidade e escolarização. In.: SILVA, Aracy Lopes da; NUNES, Ângela; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva. *Crianças Indígenas: Ensaio Antropológico*. São Paulo: Global, 2002.
- SILVA, Nilzamara de Souza. Após uma década de “ensino diferenciado”, há ensino bilíngue indígena no Brasil? In: VEIGA, Juracilda & FERREIRA, Maria Beatriz Rocha (orgs.). *Desafios atuais da educação escolar indígena*. Campinas-SP: ALB, Núcleo de Cultura e Educação Indígena: [Brasília]: Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, 2005, p. 41-92. (Anais do VI ELESÍ – Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas).
- SILVA, Bazílio da; SILVA, Nilzamara de Souza; OLIVEIRA, Odami de. (Orgs.) Parakary Urudnaa: *Dicionário Wapichana/português, português/Wapichana*. Boa Vista – RR: EDUFRR, 2013.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: Uma introdução às Teorias do Currículo*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- TRACY, Frances V. 1972. Wapishana phonology. In: *Languages of the Guianas*. Org. by Joseph E. Grimes. Summer Institute of Linguistics Publication.
- VEIGA, Juracilda; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. *Anais do 6º Encontro Sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas: desafios atuais da educação escolar indígena*. Campinas, SP: ALB, Núcleo de Cultura e Educação Indígena; Brasília: Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, 2005.

Recebido em: 29/03/2018

Aceito em: 20/06/2018